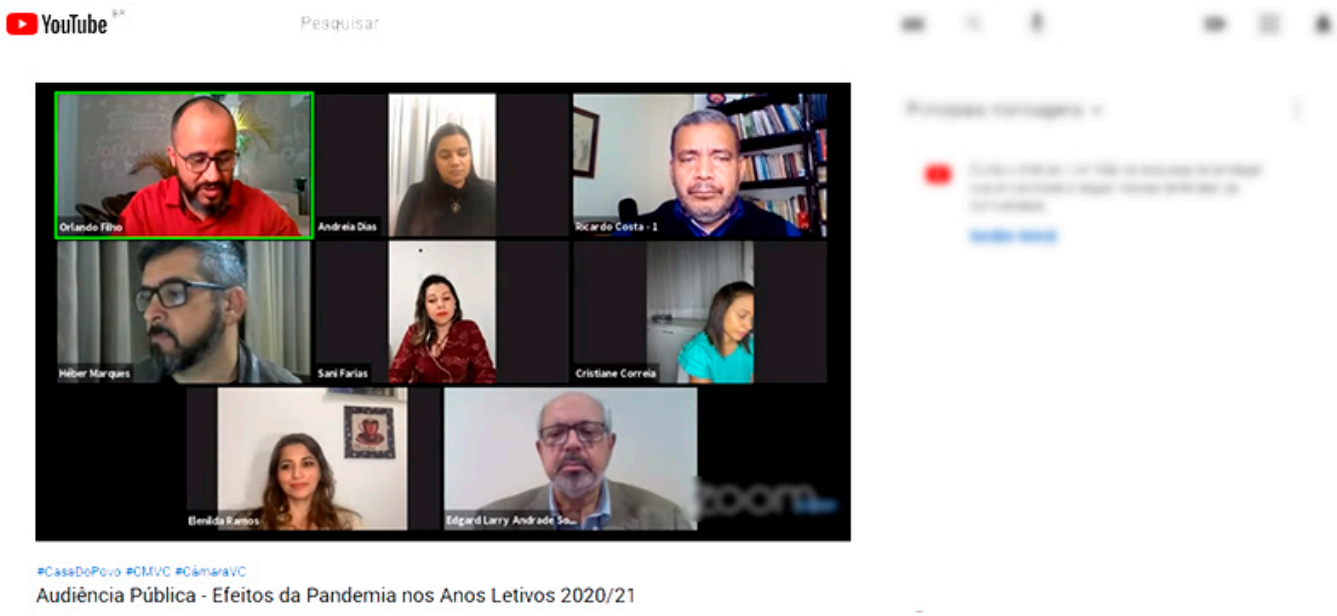
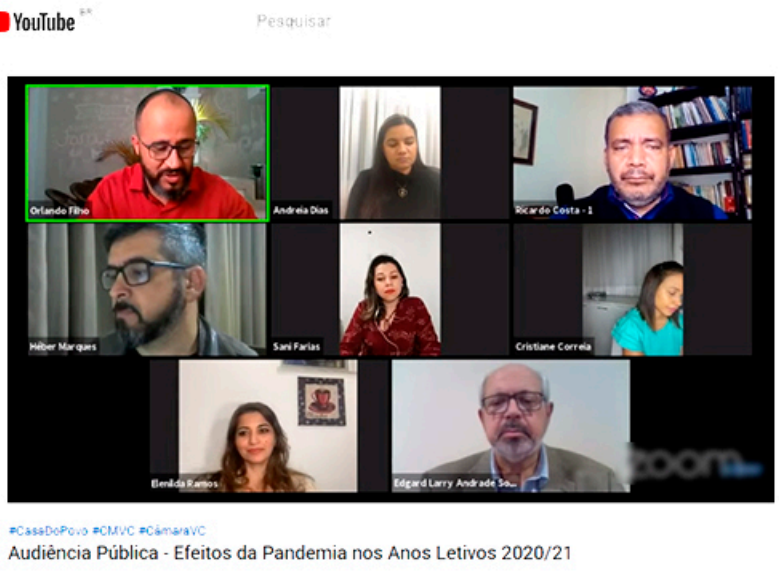
Secretaria de Educação participa de Audiência Pública sobre os efeitos da pandemia nos anos letivos 2020 e 2021

Date : 16-06-2021

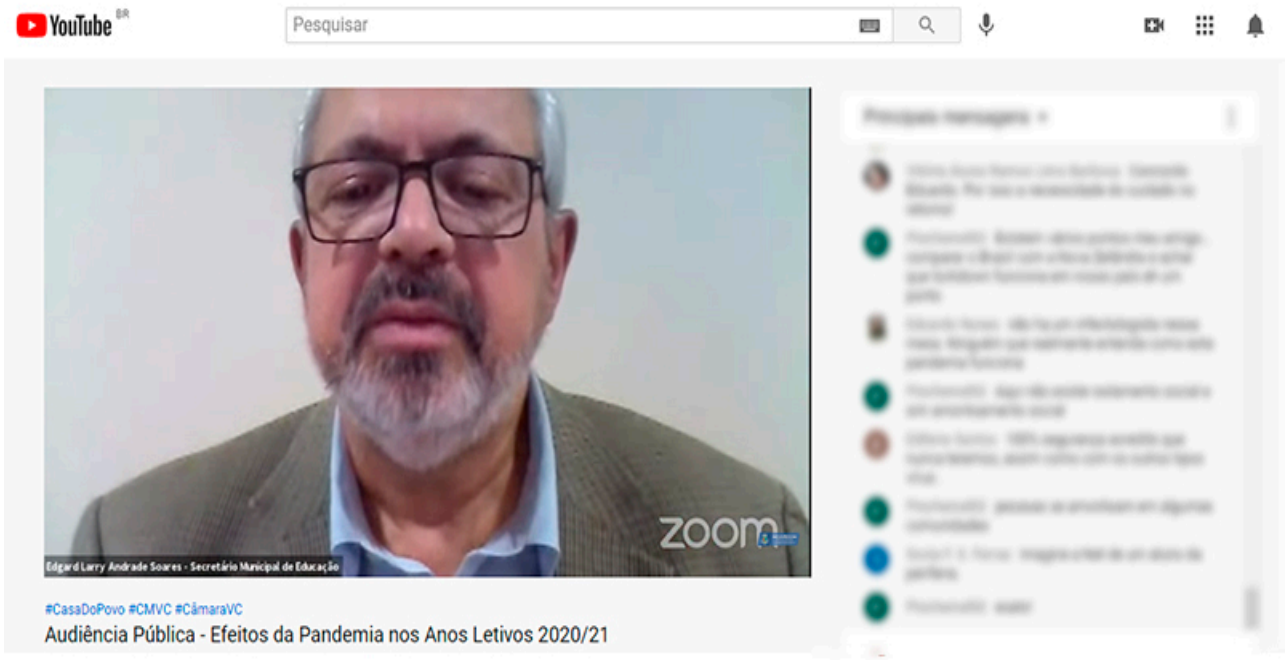




Audiência proposta pela Câmara Municipal reuniu representantes da Educação e da Saúde

Representando a Prefeitura, o secretário municipal de Educação, Edgard Larry, participou, na noite desta terça-feira (15), de Audiência Pública que discutiu os efeitos da pandemia nos anos letivos 2020 e 2021. Proposta pelo vereador Orlando Filho, a audiência contou ainda com a participação de representantes da Rede Estadual e Particular de Ensino, do Magistério Público Municipal, profissionais da área de saúde e da vereadora de Salvador, Cris Correia.

Durante sua fala, o secretário Edgard Larry lembrou as estratégias pedagógicas adotadas na Rede Municipal de Ensino desde o início da pandemia para garantir a aprendizagem dos alunos, a exemplo da plataforma de estudo remoto. O gestor também enfatizou que um plano de retomada às aulas presenciais está sendo revisado pelas equipes da Educação e Saúde para que o retorno, quando definido, ocorra de forma segura.



Secretário destacou atividades desenvolvidas pela pasta para assegurar aprendizagem dos alunos durante este período de pandemia e preparação para volta às aulas presenciais

“E, para que essa volta aconteça deste modo, esse debate é fundamental. Por isso, meu desejo é que esse diálogo seja ampliado para que possamos encontrar, juntos, com zelo e responsabilidade, os melhores caminhos que assegurem, quando do retorno das aulas presenciais, uma educação de qualidade como todos nós queremos e com segurança para todos os agentes envolvidos no processo educacional”, ressaltou o secretário Edgard.

De acordo com o vereador Orlando Filho, o objetivo da audiência foi justamente este: pensar de forma conjunta nesta possibilidade. “É sabido que temos vivido dias difíceis e esse momento foi de debate, de construção de ações efetivas, sobretudo, no acolhimento e na produtividade das nossas crianças, adolescentes e jovens que dependem tanto da educação que é um direito essencial de todo cidadão brasileiro”, explicou.